Televisão pública no Brasil: resquícios do passado e perspectivas para o futuro

Juliana Marques de Carvalho⁵⁷

RESUMO

O presente artigo, através do levantamento bibliográfico e documental, tem como objetivo recuperar o histórico de como se deu a constituição da televisão pública no Brasil a fim de compreender o quanto os processos do passado interferem na consolidação da TV Brasil bem como na construção de um sistema público de comunicação no país. No decorrer deste trabalho observou-se que o predomínio das televisões comerciais prejudicou o desenvolvimento da televisão pública no Brasil. Neste sentido, sua consolidação propiciaria um ambiente mais equilibrado e democrático no setor televisivo brasileiro.

Palavras-Chave: Televisão Pública; TV Brasil; Sistema Público de Comunicação

ABSTRACT

This article, through bibliographic and documentary, aims to recover the history of how it came to setting up public television in Brazil in order to understand how much the past processes interfere with the consolidation of TV Brasil as well as in the construction of a public communication system in the country. In this work it was observed that the dominance of commercial television hindered the development of public television in Brazil. In this sense, their consolidation would provide a more balanced and democratic in Brazilian television industry.

Keywords: Public Television; TV Brazil; Public Service Broadcastin

INTRODUÇÃO

A televisão pública brasileira foi construída e pensada em um cenário, desde o início, marcado pelo predomínio das emissoras comerciais, este fato pode

57Bacharel-Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Campus Araraquara. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Campus Bauru-SP. Brasil. Bolsista Fapesp. Membro do Grupo de Pesquisa Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/Unesp). E-mail: jmarquescarvalho@hotmail.com

ser destacado como um dos que prejudicaram o desenvolvimento das emissoras de caráter público.

Segundo Leal Filho (2007) a ausência de uma televisão pública forte no Brasil impediu a formação de um público mais crítico em relação a TV comercial, além de impossibilitar a criação de uma massa crítica capaz de exigir da televisão, no mínimo, o respeito aos preceitos constitucionais que determinam a prestação dos serviços de informação, cultura e entretenimento.

Segundo Matos (2006) no Brasil a implantação da radiodifusão nos anos 20 consagrou a expressão “Comunicação Pública”, termo este que era utilizado em contraste à comunicação do setor privado. A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 223 determinou que deveria ocorrer a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. De acordo com a autora Comunicação Pública é a comunicação realizada por meio da rádio difusão pública, nos moldes de sistema público apresentado por Thomaz Jr (apud DUARTE, 2006, p.26), o qual explica que sistema público são os espaços e organizações geridos de forma coletiva e transparente conforme os princípios democráticos de participação e controle social.

A comunicação pública está vinculada ao interesse coletivo, assumindo desse modo, um espírito público, no qual não estejam vinculados os interesses privados ou corporativos. Os debates que envolvem este conceito são direcionados para o atendimento dos interesses da sociedade como um todo, de uma forma consciente, responsável e estratégica (DUARTE, 2009). Na comunicação pública o cidadão assume papel principal, já que o mesmo é permanentemente estimulado a participar.

A criação pelo governo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, pretendendo instituir, pela primeira vez no país, um sistema público de TV independente da tutela governamental e um modelo de gestão mais democrático (SILVA; GOBBI, 2010); deu-se como marco diferenciando de tudo aquilo que havia sido proposto anteriormente em relação à televisão pública.

A lei nº 11.652/2008 instituiu os princípios dos serviços de radiodifusão pública e os seus objetivos, entre os quais, art 3º inciso I “oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional”; inciso II “desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; inciso III “fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação”; além de permitir ao Poder Executivo constituir a EBC (BRASIL, 2008).

A Empresa Brasil de Comunicação é responsável pela administração da TV Brasil, que iniciou suas transmissões no dia 2 de dezembro de 2007. Desse modo, no país somente com a criação da EBC, que o sistema público de comunicação despontou gerando diversos debates sobre a função a ser desempenhada por esta nova rede.

O desenvolvimento deste trabalho se deu através de levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado com o intuito de observar os elementos, dentre eles histórico, da formação da televisão pública no Brasil, a partir de material e livros trabalhados por outros autores. A pesquisa documental foi empregada em complemento a pesquisa bibliográfica. Foram utilizados documentos de fontes primárias, tais como leis, decretos, portarias e notícias, e de secundárias relatórios de pesquisa, pareceres técnicos entre outros.

Levando em conta estes aspectos este artigo tem como objetivo recuperar o histórico da constituição da televisão pública no Brasil a fim de entender o quanto os processos do passado interferem na consolidação da TV Brasil bem como na construção de um sistema público de comunicação no país.

Para tanto, o artigo será dividido em três partes: primeiro será abordado como se deu a criação da televisão pública brasileira, representada pelas emissoras educativas, tomando o contexto e as dificuldades enfrentadas por elas. Em seguida se dará a discussão sobre a criação da TV Brasil e as perspectivas de seu futuro. E finalmente, na terceira e última parte se abordará até que ponto a

criação da TV Brasil possibilitou a consolidação de um sistema público de comunicação brasileiro.

HISTÓRICO DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL: AS EMISSORAS EDUCATIVAS.

A construção da radiodifusão no Brasil, desde o seu início foi marcado pelos interesses do mercado. O rádio foi assumindo aos poucos o seu caráter comercial, através do aumento paulatino do espaço em sua programação para a veiculação de propaganda. Segundo Ortiz (2006) o governo da época tinha que compor com as forças existentes, neste caso o capital privado com interesses concretos no setor de radiodifusão. Consequência disso era que o funcionamento da Rádio Nacional, sob o comando do Governo Vargas, se dava nos moldes de uma empresa privada.

O pioneiro do rádio e televisão brasileiros foi o antropólogo Edgard Roquette Pinto, sua ideia era construir emissoras de rádio e televisão fundamentadas em um projeto cultural, não vinculada aos aspectos comerciais. Assim, em 1923 é criada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora nacional de rádio, fundada exclusivamente para fins científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular.(MILANES, 2007, p.18-19) As intenções de Roquette Pinto ao criar a Rádio Sociedade são explicitadas no seguinte trecho de artigo da edição especial de um ano da Revista Radio em 1923:

A Radio Sociedade do Rio de Janeiro, a Sociedade Radio Educadora Paulista, o Radio Club do Recife, a Radio Sociedade da Bahia, o Radio Club de S. Paulo, o Radio Club de Curityba, o Radio Club do Ceará, a Radio Sociedade Rio Grandense, o Radio Club do Brasil, que acaba de fundar ao nosso lado, e todos os outros centros de cultura que se formarem no paiz; dispostos a se entregarem à nossa obra, elevada e pura, sabendo resistir de todo ponto às tentações do mercantilismo grosseiro, todos os que se gruparem para propagar no Brasil a radiotelephonia como processo de informação popular, para diffundir a sciencia, a literatura, a musica, todos os que se gruparem para impedir que a radiotelephonia seja empregada no Brasil como uma nova arma para explorar o povo, hão de contar sempre com o nosso apoio decidido, energico e franco. (ROQUETTE PINTO, 1923, p. 8)

A partir do surgimento do rádio duas questões passaram a preocupar Roquette Pinto, o conteúdo a ser transmitido, pois ele acreditava que o rádio rapidamente iria alcançar o grande público, e também seu financiamento. De um lado estavam os defensores de um financiamento através de taxa paga pelo próprio público, de outro os que acreditavam que a publicidade era a melhor forma de prover o financiamento, já que a maioria da população era pobre e não teria condições de arcar com gasto, inviabilizando a existência do rádio.

Só que as emissoras comerciais sustentadas pela publicidade, como se viu tanto no rádio como na televisão, que seguiu o mesmo modelo, estavam bem menos interessadas em difundir a cultura e ajudar o povo a combater a pobreza (se é que havia algum interesse) do que em fazer programas de grande audiência que permitissem vender bem os comerciais. (MAURICIO, 2008, p.3)

No ano de 1932 Getúlio Vargas permitiu a veiculação de publicidade no rádio, contudo não foi estabelecida uma legislação sobre o conteúdo que garantisse o uso do rádio em benefício do povo. (MAURICIO, 2008) Diante deste cenário, Roquette Pinto doa a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por ele, ao Ministério da Educação em 1936.

A televisão no Brasil surgiu baseada modelo comercial vigente para o rádio, na década de 1950 com a TV Tupi. O início das transmissões demonstrava que ela seria dedicada ao entretenimento, estando restrita somente nos centros mais desenvolvidos (Rio de Janeiro e São Paulo). Segundo Jambeiro (2001) sua forma de crescimento se deu de acordo com a expansão capitalista no país, cuja principal característica era a concentração de capital na região centro-sul.

No final de década de 50 o Brasil contava com 6 emissoras de televisão, no entanto, a necessidade de importação dos aparelhos e o seu alto custo, eram obstáculos para que o mercado se expandisse, somente as classes mais abastadas tinham as condições de adquirir o receptor de TV. A produção dos aparelhos no Brasil, diminuiu o custo, ampliando a penetração da televisão, cada

vez mais sua popularização e influência atraíram investimentos publicitários os quais financiaram a estruturação do setor.

O aumento do número de emissoras gerou a necessidade de regulamentar o uso do espectro eletromagnético, assim em 1962 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), regulamentado pelo Decreto 52.026, ele serviu de parâmetro para a elaboração dos serviços de radiodifusão. Na perspectiva de Simões e Mattos (2006) o CBT não teve como finalidade ser um marco na regulação econômica, sendo fonte de controle político, portanto, não foi capaz de evitar o crescimento desproporcional entre as emissoras de televisão.

Para Lopes (2000)

As obrigações contidas no CBT (...) não refletem uma profunda preocupação com a utilização dos meios de comunicação de forma democrática, apta a garantir o livre fluxo de informações e opiniões, ampla diversidade cultural e direito de proteção da sociedade contra eventuais abusos cometidos pelas emissoras, tanto do ponto de vista ético-moral como do político social. (p.179)

A expansão das transmissões televisivas evidenciou que um dos seus principais objetivos era ampliar o setor publicitário, através do comércio de produtos e serviços por meio do entretenimento. Não havia uma concepção científica e nacional, a finalidade era formar consumidores e não cidadãos. Segundo Hossoé (2012) esta característica, foi determinante para sustentar a iniciativa privada de maneira tão profunda e por um longo período que perdura até os dias de hoje no país.

A discussão sobre a necessidade de uma televisão pública no Brasil se dá na década de 1960, com o governo militar. Assim, a sua criação não ocorreu com a intenção de sanar a demanda por informação, entretenimento e cultura – como aconteceu em outros países – um dos principais motivos para o seu surgimento foi a demanda por educação, num país em que a industrialização estava acelerada e a necessidade por mão de obra qualificada era cada vez maior. (VALENTE, 2009)

A criação da primeira emissora pública no Brasil se deu em 1968 a partir da parceria da Universidade Federal do Pernambuco com o governo do Estado,

constituindo a TV Universitária do Pernambuco. A iniciativa foi possível com a edição do Decreto-Lei 236, de 1967, que promoveu a criação da Fundação Centro Brasileira de TV Educativa (FCBTVE), por meio de Lei nº 5.198/67, desse modo era institucionalizada a política que viabilizaria a expansão das TVs educativas no Brasil⁵⁸.

As emissoras educativas não tinham uma programação uniforme e os altos custos na produção dos telecuriosos foram obstáculos para o estabelecimento de uma rede, assim como nas emissoras comerciais. O reflexo desta situação era que a maioria das emissoras prosperava somente enquanto instrumento político de grupos locais no poder. O modelo de emissora pública implantado no Brasil se distanciava conceitualmente do modelo europeu e americano.

O modelo europeu é o defensor de uma televisão de Estado, que impede ou subordina a televisão privada às regras estabelecidas. Este modelo surgiu em confronto com o modelo autoritário de origem nacional-socialista ou comunista, porque operou em sistemas democráticos, com eleições livres e alternância no poder, e estava baseado num estatuto jurídico ou numa prática consuetudinária que deu à entidade televisiva autonomia, com relação aos governos no poder.” (...) Nos Estados Unidos, (...) a PBS foi o resultado de incentivos públicos e iniciativas privadas, dirigidos a desenvolver uma oferta diferenciada dos programas não oferecidos pelos canais privados.” (CIFUENTES, 2002, p.124-5)

No ano de 1972 foi criado, pelo ministério da Educação e Cultura, o Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL), a intenção era ordenar as atividades de teleducção no país. Em 1978 realizou-se o primeiro encontro de Assessores e Dirigentes de televisão Educativa, por iniciativa do FCBTVE e do Prontel. A sua principal finalidade era propor a criação de um sistema nacional que atendesse às carências educativas e operacionalização de uma rede de transmissão de ensino por meio da atuação integrada das emissoras educativas. No entanto, a tentativa foi frustrada, limitando sua transmissão aos jogos da copa na Argentina, até então com exibição permitida somente a TV Cultura.

58 A partir desta década, mais de nove emissoras educativas surgiram no país, entre elas TVE Amazonas, TVE Ceará, TVE do Espírito Santo, TVE do Maranhão, TVE do Rio de Janeiro, TVU do Rio Grande do Norte, TVE do Rio Grande do Sul e TV Cultura de São Paulo.

Em 1979 o PRONTEL foi extinto, no seu lugar foi criada a Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), a qual convocou uma reunião com todas as emissoras educativas, resultando na criação do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED), que embora criado em 1979, só foi reconhecido legalmente no ano de 1982 pela portaria MEC nº162.

Em 1983 o SINTED passa por uma modificação, incorporando emissoras de rádios educativas constituiu o Sistema Nacional de Radiodifusão (SINRED), desta vez regulamentado pela Portaria MEC nº344. A mudança não se restringiu somente ao SINTED, em 1982 a FCBTVE passou a ser denominada FUNTEVÊ, sua finalidade era a coordenação político-administrativa da SINRED por ser a única a possuir o acesso ao satélite de transmissão. “A FUNTEVÊ tinha o objetivo de veicular as produções de melhor qualidade de todas as emissoras educativas, de modo a oferecer uma programação carregada de pluralidade, sempre de caráter essencialmente educativo.” (LUZ, 2010, p. 30)

A adesão cada vez maior de emissoras ao SINRED gerou o crescimento da rede, contudo os altos custos para a instalação de retransmissoras foi um empecilho para uma expansão maior do setor. Assim, em 1988 o Decreto 96.291, seguido pela portaria nº 93 do MEC, em 1989, foram os responsáveis por regularizar os parâmetros para que as retransmissoras pudessem inserir programas de interesse local e comunitário, sem ultrapassar, no entanto, 15% do total da programação da geradora que estivesse vinculada. O efeito dessa decisão foi o aumento no número de retransmissoras, denominadas de mistas ou TVs Comunitárias.

Não obstante a idéia original tivesse aspectos muito positivos, a implantação dessas retransmissoras não apresentou os resultados esperados. A ausência de uma legislação balizadora fez com que as primeiras autorizações para o funcionamento deste tipo de retransmissora fossem dadas principalmente a políticos e a grandes empresários cujas intenções nada tinham a ver com os reais objetivos da legislação referente à programação de caráter comunitário. (FRADKIN, 2006)

A década de 1990 marca um novo período na história da televisão educativa brasileira. A FUNTEVÊ foi transformada na Fundação Roquette Pinto

(FRP) pela Lei 8.029, responsável pela gestão da TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e da Rádio Mec tanto do Rio de Janeiro como de Brasília. Apesar da criação da FRP ter melhorado a integração entre as emissoras, e ter imprimido uma gestão mais centralizada, não conseguiu eliminar os problemas administrativos e financeiros da fundação que acumulou uma alta cifra de dívidas, o que levou o governo a extinguir FRP.

Em 1998 foi criada a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), desta forma, era constituída uma organização social sem fins lucrativos, mantenedora da TVE. O fim da SINRED, em 1997, também deve ser ressaltado. Este fato levou à TV Cultura a liderar um movimento com intuito de criar a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC)⁵⁹, um ano depois de sua criação a TVE do Rio de Janeiro adere a esta entidade.

As dificuldades enfrentadas pelo setor, levaram às emissoras educativas associadas a ABEPEC se unirem para criar a Rede Pública de Televisão (RPTV), com o propósito de estabelecer uma programação única obrigatória para todas as associadas. Isto possibilitou às emissoras adotarem uma grade de programação mais diversificada, com conteúdo jornalístico, cultural, infantil e entretenimento. Portanto, “a valorização do entretenimento, dos valores culturais e da informação jornalística são os novos ingredientes para sofisticar a velha forma de educação pela televisão.” (LUZ, 2010, p.34)

A retomada do contexto em que foi pensada a televisão pública brasileira demonstra que, a princípio, sua criação foi com o intuito de atender a demanda por educação na sociedade brasileira, que naquele momento estava com o crescimento econômico acelerado e carente de mão-de-obra qualificada. Contudo, a condição de televisão pública era praticamente insustentável com a lei 4.117/62, que deu a ela a competência de transmitir palestras e conferências sem receber

59 “A ABEPEC é a mais tradicional associação do campo público de televisão e reúne 19 emissoras abertas, com finalidade educativa, pública e cultural, dentre elas emissoras reconhecidas pela sociedade, premiadas no país e no exterior, e que produzem uma programação de qualidade, como a TV Cultura de São Paulo, a TVE do Rio de Janeiro e a Rede Minas (MG)” (AGUIAR, 2012, p.137)

nada que garantisse sua sobrevivência (LUZ, 2010). Assim, além do financiamento, um dos maiores obstáculos enfrentados pela televisão pública brasileira era a independência e o conteúdo. Segundo Bucci (2010) “seja no plano político (relações com o governo e o Estado) seja no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública.” (p.6)

O século XXI marca um novo momento para a televisão pública no Brasil, a maior interação entre as emissoras leva ao amadurecimento da concepção de TV pública, fomentando o debate nas diversas associações de emissoras não-comerciais. A implantação da televisão digital também se constituiu como um cenário propício para novas perspectivas para a televisão pública no Brasil.

Assim, organizações da sociedade civil e alguns setores do governo reuniram-se para discutir a necessidade de se formar uma televisão pública no país, permitindo a população acesso a programas de qualidade, com destaque para a identidade nacional e o patrimônio cultural, além de promover a cidadania e a valorização do público como cidadãos e não como consumidores.

Entre as ações mais importantes na promoção da discussão sobre a TV pública está a realização do I Fórum Nacional de Televisão Pública, realizado em maio de 2007, iniciativa do Ministério da Cultura, por meio da Secretária de Audiovisual, com o apoio da Presidência da República. Um dos seus objetivos era compreender os desafios da televisão pública brasileira no cenário da revolução digital (GIL, 2006), buscou-se, através de diversas discussões das quais participaram diferentes entidades da sociedade civil⁶⁰, debater os rumos da televisão num momento em que a transição para o sistema digital era delineada.

O resultado do I Fórum Nacional de Televisão Pública foi a Carta de Brasília, na qual os participantes afirmavam que a “TV pública promove a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia” e

60 Que incluíam os representantes das emissoras públicas, educativas, culturais, universitárias, organizações da sociedade civil (entre elas o Intervenientes-Coletivo Brasileiro de Comunicação Social e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC), militantes de movimentos sociais, comunicadores, acadêmicos, produtores culturais, entre outros.

também que “deve ser instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais”⁶¹ (CARTA DE BRASÍLIA, MANIFESTO PELA TV PÚBLICA INDEPENDENTE E DEMOCRÁTICA, 2007, s. p.)

Além disso, propuseram que a TV pública, em face ao processo de migração digital deveria “garantir a construção de uma infra estrutura técnica, pública e única, que viabilize a integração das plataformas de serviços digitais por meio de um operador de rede”; bem como que a “TV pública deve ser promotora do processo de convergência digital, ampliando sua área de atuação com as novas tecnologias de informação e comunicação e promovendo a inclusão digital.” (CARTA DE BRASÍLIA, MANIFESTO PELA TV PÚBLICA INDEPENDENTE E DEMOCRÁTICA, 2007, s. p.) Desse modo, observa o início dos contornos para o fortalecimento de uma rede pública de televisão.

A CRIAÇÃO DA TV BRASIL E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA TELEVISÃO PÚBLICA NO PAÍS

A criação da TV Brasil foi permeada por várias discussões⁶² entre os membros do governo, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de alguns setores da sociedade civil que defendiam transparência tanto nas intenções do governo em criar uma rede pública de televisão quanto na formatação de sua gestão. Segundo Valente (2009) a criação da EBC e do seu serviço televisivo, a TV Brasil, representou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades, para apontar na direção de construção de iniciativas de fato públicas.

O projeto da TV Brasil foi apresentado na Medida Provisória 398 publicada em outubro de 2007. A TV Brasil entra no ar em dezembro de 2007, juntamente

61 CARTA DE BRASÍLIA. Manifesto pela TV Pública independente e democrática. I **Fórum Nacional de TV's públicas**. 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/cartadebrasil.pdf> Acesso em: 01/06/2012

62 Não serão tomados neste artigo todos os processos que antecederam a criação da TV Brasil pelo espaço limitado do texto.

com a inauguração do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, assinando no mesmo mês um acordo de formação de rede com vinte emissoras públicas, educativas, universitárias, de todo os país.

O acordo permitia a existência de um sistema de colaboração tanto na transmissão como na produção de conteúdos, possibilitando à TV Brasil se estender por outros estados. Segundo Araújo (2008) “a formação de rede é um ponto vital na estrutura da TV pública nacional.” (p.11) A intenção era instituir a TV Brasil como a ponta de uma nova Rede Pública de Televisão; assim, esta modalidade de comunicação é tirada da posição marginal de antes, estabelecendo-se como referência de uma programação de qualidade voltada para a diversidade cultural e também na promoção de debates de temas nacionais. (INTERVOZES, 2007)

A criação de uma TV pública no Brasil é uma antiga aspiração da sociedade brasileira, na qual há o domínio de redes comerciais que exercem forte influência por todo o país, no entanto, a criação da TV Brasil se deu de forma conturbada, com um projeto marcado por distorções tanto nos pressupostos de sua origem como no meio escolhido para sua implantação, a pressa na condução deste processo, retirou os cidadãos das discussões, sendo deixados de lado nas decisões do governo. (MELEIRO; MENDONÇA, 2009) Assim, a sociedade recebeu uma televisão pública sem realmente saber de fato o seu real significado, consequência deste processo, é que muitos brasileiros desconhecem sua existência no Brasil, um dos motivos de sua baixa audiência.

Segundo Brittos e Bolaños (2008) a TV Brasil embora represente um avanço democrático na organização de mídia do país, por si só não elimina a necessidade de mudanças estruturais profundas que visem à democratização do sistema brasileiro de televisão em todo o seu conjunto. Desse modo, a TV Brasil ainda não se constituiu como a rede de televisão pública almejada por muitos, no entanto, sua existência gerou o debate sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil.

TV BRASIL: INSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA PÚBLICO DE TELEVISÃO BRASILEIRO?

A reestruturação da televisão pública culminou com a criação não só da TV Brasil mas também da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com o objetivo de veicular uma programação comprometida com os princípios democráticos e que mostrasse a realidade social e cultural do país (OTONDO, 2008)

Diante do exposto, pode-se dizer que a constituição de um sistema público de comunicação no Brasil se deu a partir da criação da EBC, antes existiam experiências isoladas, ou seja, TV Cultura, TVs Educativas, entre outras. (MOYSES; VALENTE; SILVA, 2009). Apesar de tudo, este sistema ainda não está consolidado, visto que, ainda há o predomínio, tanto na audiência quanto na influência, das televisões comerciais, dificultando à TV pública garantir seu espaço, e conseqüentemente o fortalecimento do sistema como um todo. Além disso, Moyses, Valente e Silva (2009), evidenciaram cinco dimensões problemáticas desta nova fase da comunicação pública brasileira que são vitais à consolidação de um sistema público de comunicação no país: legitimação; gestão, autonomia e participação; distribuição; programação e financiamento.

Para que haja uma consolidação do sistema público, este deve, a princípio, ter legitimação perante a sociedade civil como um todo. Logo, para ser de fato uma alternativa aos meios de comunicação comerciais o mesmo deve ser amplamente conhecido pela população, bem como ter sua extensão para todo o país.

O fortalecimento da gestão, autonomia e participação se dará a partir da independência em relação ao mercado e aos governos, privilegiando a participação da sociedade na gestão do sistema e dos principais operadores. (MOYSES, VALENTE, SILVA 2009)

A distribuição também é um fator importante, pois se trata da capacidade de ofertar conteúdo para a população, “tal desafio passa pela capacidade tecnológica, mas, sobretudo, por uma política de circulação da programação que

pode optar por um modelo de rede, pela retransmissão de conteúdos ou pela combinação de ambos.” (MOYSES; VALENTE; SILVA, 2009, p.314). Assim, a necessidade de investimentos tecnológicos para a ampliação das transmissões é permanente.

A programação também é um elemento relevante, uma vez que o sistema brasileiro contou com diversas iniciativas de conteúdos, entretanto, ainda não há uma política pública responsável por fomentar tais iniciativas de um modo abrangente.

Outro ponto a ser levado em conta é o financiamento, chave para qualquer sistema público de comunicação. Conforme Moyses, Valente e Silva (2009), “ele condiciona a independência, a amplitude, da distribuição e as condições de produção e veiculação de programação.” (p.318) O caso brasileiro necessita de uma remodelação, visto que o sistema pode estar sujeito às mudanças nos poderes da República e vulnerável às forças contrárias ao desenvolvimento deste projeto, assim como o impedimento do seu crescimento, mantendo-o a margem das comunicações do país.

Observa-se que o sistema público de comunicação brasileiro está se delineando, embora sua consolidação seja uma difícil tarefa, principalmente em um país marcado pelo predomínio das emissoras comerciais, que exercem fortes pressões no governo e pela concentração dos meios de comunicação, a TV Brasil e a EBC vem, neste cenário, além de contribuir para a democratização dos meios de comunicação, coloca em pauta a importância de existência de alternativas que estimulem os telespectadores não só enquanto consumidores mas também como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a implantação da televisão pública no Brasil se inicia no Regime Militar. O entendimento do histórico da televisão de caráter público no

país permite a compreensão de como alguns processos interferiram na sua consolidação e como isto acaba se refletindo atualmente.

Segundo Valente (2009) a construção da televisão pública no Brasil pode ser pensada em três fases: a primeira é o seu nascimento em 1967 com a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTV) e também pelo início das atividades das emissoras educativas, entre elas o surgimento da TV Universitária de Pernambuco (TVU-UFPE).

Na década de 1980 se dá a segunda fase da evolução da televisão pública, na qual essas redes buscavam um novo papel na concorrência televisiva, deixando de lado o projeto de teleducação, adotando uma programação mais generalista, não mais centrada em programas educativos.

Este período também foi marcado pela busca de financiamentos, já que as televisões públicas se deparavam com um ambiente competitivo marcado pelo predomínio das emissoras comerciais. Portanto, ao privilegiar uma programação de qualidade necessitavam também de um maior repasse de verbas. Apesar de algumas propostas serem apresentadas, para que houvesse aumento na transferência de verbas para as emissoras públicas, nenhuma delas foi concretizada.

A terceira fase foi caracterizada pela crise das emissoras públicas no país, a tendência no final da década de 80, início de 90, era o ideário neoliberal, no qual era reservado um novo papel aos empreendimentos estatais. Com repasses cada vez menores por parte do Estado as TVs públicas foram obrigadas a buscar por financiamento, o que prejudicou na configuração de um modelo.

A discussão sobre a implantação de uma televisão pública no país foi retomada com mais força a partir da implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, a oportunidade de se repensar a televisão como um todo, levou as discussões sobre a televisão que se almejava. A realização do I Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007, evidencia claramente esta tendência.

Após um período de discussões dos diversos setores do governo e da sociedade civil, ocorre a criação em 2007 da TV Brasil, com o intuito de privilegiar

uma programação de qualidade voltada para a identidade nacional e valorização do patrimônio cultural. Contudo, esta despertou a desconfiança de alguns setores da sociedade civil, visto que o governo não dirigiu as discussões como se deveria, excluindo os cidadãos deste processo.

A consolidação da TV Brasil proporcionará o fortalecimento do sistema público de comunicação como um todo, garantindo à televisão pública não só um espaço, que atualmente é dominado pelas grandes emissoras privadas de radiodifusão, mas também a possibilidade de estruturação de uma programação mais voltada para a qualidade e para o desenvolvimento de uma sociedade com o intuito de que a mesma participe dos processos comunicacionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. **TV Brasil**: algo novo no ar. Florianópolis: [s.n.], 2012

ARAÚJO, V. M. V. B. **TV Pública no Brasil**: história, regulamentação e a criação da TV Brasil. Trabalho apresentado no Grupo de Análise de telejornalismo, no Colóquio Internacional de Televisão e Realidade, UFBA, Bahia, 2008.

BRASIL. **Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4117.htm> Acesso em: 20/10/2012

_____. **Decreto nº236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a lei 4.117, de 27/08/1962 (que institui o código brasileiro de telecomunicações). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm> Acesso em 15/11/2012

_____. **Decreto nº52.026, de 20 de maio de 1963**. Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D52026.htm> Acesso em 20/10/2012

_____. **Decreto nº 96.291, de 11 de Julho de 1988**. Altera o Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 81.600, de 25 de abril de 1978, modificado pelos Decretos nº 84.064, de 8 de outubro de 1979, e nº 87.074, de 31 de março

de 1982. Disponível em: <

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=209565&norma=222844> > Acesso em 03/11/2012

_____. **Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm > Acesso em 03/11/2012

_____. **Lei nº 11.652 de 07 de abril 2008.** Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm Acesso em: 01/08/2011

BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. **TV Pública, políticas de comunicação e democratização:** movimentos conjunturais e mudança estrutural. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, junho 2008. Disponível em : http://www.compos.org.br/data/biblioteca_337.pdf Acesso em : 23/08/2011

BUCCI, E. É possível fazer televisão pública no Brasil?. **Novos Estudos** - CEBRAP, nº 88, novembro de 2010. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext> Acesso em: 09/07/2012

CIFUENTES, D. P. Televisão Pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, O; MARTÍN-BARBERO, J; BELTRAN, G. R.; CIFUENTES, D. P.; FERNÁNDEZ, V. F.; MAZZIOTI, N.; GÓMEZ, G. O. (orgs). **Televisão pública:** do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org) **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009

DUARTE, J; VERAS, L. (orgs). **Glossário de Comunicação Pública.** Brasília: Casa das Musas, 2006.

FRADKIN, A. **O desafio da TV pública:** uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: Rede Brasil, 2006

GIL, G. Uma agenda estratégica para o Brasil. In: Vários autores. **I Fórum Nacional de TV's públicas**: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

HOSSOÉ, H. S. **A política de reordenação do sistema público de TV brasileiro e o processo de implementação da TV Brasil**. 2012. 172f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós graduação em Políticas Públicas, São Luis, 2012.

INTERVOZES. TV Brasil: passo à frente, mas muito ainda a caminhar. Publicado no **Observatório do Direito à Comunicação**, em 06/11/2007. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1867 Acesso em: 08/06/2012

JAMBEIRO, O. A radiodifusão sob o regime da Constituição de 1934. Trabalho apresentado durante o **VI Congresso latino-americano de investigadores de la Comunicación**, 2002, Santa Cruz de la Sierra. Alaic, 2002.

_____. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001

LEAL FILHO, L. A Televisão Pública Brasileira: um vazio histórico. In: **XVI Encontro da Compós** – UTP, Curitiba, junho de 2007.

LOPES, V. O. N. A lei da Selva. In: BUCCI, E. (org) **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

LUZ, M. L. S. V. A. **Gestão e fomento para a televisão digital pública**. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2010.

MATOS, H. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, Ano 3, Número 4, 1º semestre de 2006

MELEIRO, A; MENDONÇA, J. M. Preparação do 2º Fórum Nacional de Televisão Pública. Publicado no **Observatório do Direito à Comunicação**, em 21/06/2009. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4624 Acesso em 22/06/2012

MOYSES, D.; VALENTE, J.; SILVA, S. P. Sistemas Públicos de Comunicação: panorama analítico das experiências em doze países e os desafios para o caso brasileiro. In: INTERVOZES: Vários autores. **Sistemas públicos de**

comunicação no mundo: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervenções, 2009 (Coleção Comunicação)

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006

OTONDO, T. M. **Televisão Pública na América Latina:** Para quê e para quem?. 2008. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, 2008.

SIMÕES, C. F.; MATTOS F. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (orgs). **Rede Globo:** 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

VALENTE, J. **TV Pública no Brasil:** a criação da TV Brasil e sua inserção no modelo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília, 2009.